

## Do inesperado em etnografia com participação de crianças e jovens

Del inesperado en etnografía con participación de niños y jóvenes

The unexpected in ethnography with the participation of children and young people

Dossier | Dossiê

Fecha de recepción  
Data de recepção  
Reception date  
**1 de marzo de 2019**

Fecha de modificación  
Data de modificação  
Modification date  
**2 de junio de 2019**

Fecha de aceptación  
Data de aceitação  
Date of acceptance  
**11 de junio de 2019**

**Regina Coeli Machado e Silva**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Paraná / a Brasil  
coeli.machado@yahoo.com.br

**Maria Dantas-Whitney**

Western Oregon University  
Oregon / Estados Unidos  
dantasm@wou.edu

**Antonádia Monteiro Borges**

Universidade de Brasília  
Brasília / Argentina  
antonadia@gmail.com

**Raissa Menezes de Oliveira**

Universidade de Brasília  
Brasília / Brasil  
raissamo@gmail.com

### Resumo

Neste artigo apresentamos um panorama reduzido de um extenso e diversificado levantamento realizado sobre pesquisas etnográficas em colaboração com meninos, meninas e jovens existentes no Brasil, realizado entre 2016 e 2017. Do amplo e valioso repertório de temas, problemas, abordagens e contextos que caracterizam as pesquisas etnográficas com crianças e jovens encontrados, nos detivemos em duas estratégias colaborativas cuja particularidade é ter ocorrido em um mesmo contexto em que a participação das crianças incluiu reflexivamente a participação dos pesquisadores. Como objetivo correlato, evidenciamos que a peculiaridade da relação de pesquisa entre crianças e pesquisadores desencadeia questões de ordens éticas, epistemológicas e teórico-metodológicas importantes para a reflexão

**Referencia para citar este artículo:** Machado e Silva, R.C., Dantas-Whitney, M., Monteiro Borges, A., y Menezes de Oliveir, R. (2019). Do inesperado em etnografia com participação de crianças e jovens. *Revista del Cisen Tramas/Maepova*, 7 (2), 175-200.

do processo de construção de conhecimento nas quais as estratégias colaborativas com a participação das crianças, em si mesmas, criam uma configuração relacional particular inseparável da reflexividade ativa do pesquisador no campo. Ressaltamos que as pesquisas etnográficas com a colaboração de crianças tem se mostrado um desafio estimulante aos estudos acadêmicos e que as diferentes concepções das crianças e dos adolescentes nelas presentes são igualmente parte de um debate público e político recente no País.

**Palavras-chave:** etnografia, crianças e jovens, reflexividade.

---

### Resumen

En este artículo presentamos un panorama reducido de un extenso y diversificado relevamiento de investigaciones etnográficas en colaboración con niños, niñas y jóvenes en Brasil, realizado entre 2016 y 2017. Del amplio y valioso repertorio de temas, problemas, abordajes y contextos que caracterizan las investigaciones etnográficas con niños y jóvenes que se han encontrado, nos detendremos en dos estrategias colaborativas cuya particularidad es haberse desarrollado en un mismo contexto en el que la participación de los niños incluyó reflexivamente la participación de los investigadores. Por otra parte, evidenciamos que la particularidad de la relación de la investigación entre niños e investigadores desencadena cuestiones de orden ético, epistemológico y teórico-metodológico importantes para la reflexión del proceso de construcción de conocimientos en el cual las estrategias colaborativas como la participación de los niños, en sí mismas, crean una configuración relacional particular inseparable de la reflexividad activa del investigador en el campo. Resaltamos que las investigaciones etnográficas con la colaboración de los niños se han mostrado como un desafío estimulante para los estudios académicos y que las diferentes concepciones de los niños y los adolescentes presentes en ellas son también parte de un reciente debate público y político en el País.

**Palabras claves:** etnografía, niños y jóvenes, reflexividad.

---

### Abstract

In this article we present a brief overview of an extensive and diversified literature review conducted on ethnographic research in collaboration with children and youth in Brazil during the years of 2016 and 2017. From the broad and valuable repertoire of themes, problems, approaches and contexts uncovered in the analysis of the different research studies, we focus on two collaborative strategies whose particularity is to have occurred in the same context where the participation of children reflexively influenced the participation of the researchers. We show that the peculiarity of the research relationship between children and researchers triggers issues of ethical, epistemological and theoretical-methodological nature that are important for the knowledge-building process. We argue that collaborative strategies with the participation of children create a particular relational configuration

inseparable from the researcher's active reflexivity in the field. We contend that collaborative ethnographic research with children represents an exciting challenge to academic studies, and that the different conceptions of children and adolescents reflected in these studies also permeate recent national public and political discussions.

**Keywords:** ethnography, children and youth, reflexivity.

<sup>1</sup> O levantamento de dados de periódicos foi feito pelos alunos do Mestrado e Doutorado Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteira, da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), e a organização, construção e análise desses dados por Regina Coeli Machado e Silva (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), e Maria Dantas-Whitney (Western Oregon University). O levantamento de dados em teses e dissertações foi feito por Raissa Menezes de Oliveira e Antonádia Monteiro Borges, da UNB (Universidade de Brasília).

<sup>2</sup> O referido levantamento de dados foi realizado a partir de artigos publicados em periódicos disponíveis na Scielo - Scientific Electronic Library Online Brasil e de teses e dissertações acessíveis em bibliotecas virtuais de universidade brasileiras, por meio de um sistema digital reunido e disponibilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura), produzidas há, no máximo, 20 anos. A apresentação dos dados e as reflexões decorrentes serão publicadas em um capítulo de livro, no prelo, no qual será apresentado o levantamento sobre etnografia com colaboração com meninos, meninas e jovens realizado no Argentina, Equador e Colômbia. Igualmente foram apresentados no Primeiro e no Segundo Seminário Internacional Etnografía con niños, niñas y adolescentes, respectivamente no Ides/ Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires, Argentina, em abril de 2017 e Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, em maio de 2018.

## 1. INTRODUÇÃO

Como um mesmo contexto - uma cidade no interior do nordeste brasileiro - pode propiciar, como propiciou, por caminhos metodológicos tão diferentes, duas etnografias baseadas em distintas estratégias colaborativas com crianças? A façanha diz respeito a um investimento apenas acadêmico da pesquisadora e do pesquisador, atentos ao impacto dos problemas de gênero na pesquisa com crianças? Ou tem também a ver com o empenho das crianças engajadas no processo de pesquisa? O que tais encontros felizes podem nos dizer acerca da importância de atentarmos aos processos de investigação que estão presentes também em estudos alheios ao âmbito da infância?

Acreditamos que participação das crianças em pesquisas etnográficas cria por si só uma configuração relacional particular, inseparável da reflexividade ativa do pesquisador no campo. Apresentamos neste artigo, a partir de um extenso e diversificado levantamento realizado para o Proyecto RIENN/PGT0016, em 2016 e 2017<sup>1</sup>, sobre a pesquisa etnográfica em colaboração com meninos, meninas e jovens no Brasil, duas estratégias colaborativas de etnografias com crianças, a fim de demonstrar que o processo de observação e aprendizado locais não se dá por roteiros pré-estabelecidos. Pelo contrário, a investigação com crianças demonstra como a pesquisa engendra tanto problemas epistemológicos quanto saídas teóricas e metodológicas para tratá-los. Procuraremos demonstrar que a peculiaridade da relação de pesquisa entre crianças e pesquisadores desencadeia questões de ordens éticas, teóricas e metodológicas importantes para uma reflexão ampla sobre o processo de construção de conhecimento em ciências sociais<sup>2</sup>.

Na primeira parte deste artigo apresentaremos um panorama reduzido deste levantamento. Descreveremos os problemas de pesquisa em seus vínculos com contextos mais familiares em que a etnografia colaborativa com crianças e jovens ocorre: o contexto escolar, os diferentes contextos urbanos e suas fronteiras, e os contextos jurídicos vinculados ao Estado (Borges, 2016). Na segunda, descrevemos as duas estratégias colaborativas com criança e, em seguida, algumas considerações finais de caráter reflexivo, sobre o que apreendemos do levantamento. Nossa narrativa é assim dividida em um primeiro levantamento de temas e abordagens, seguido de uma imersão em duas experiências de pesquisa em que ser adulto, homem ou mulher, denotaram processos reflexivos diversos nos pesquisadores e nas crianças. O objetivo é contrastar o recorte longitudinal com a abordagem minuciosa, a fim de

refletir tanto sobre os limites das investigações pautadas por problemas estabelecidos a priori, quanto sobre os esforços e a criatividade necessários à constituição de questões relevantes para nossos interlocutores de pesquisa, sejam essas crianças ou não.

## 2. BREVE ARRAZOADO SOBRE PESQUISAS ETNOGRÁFICAS COM A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEUS CONTEXTOS NO BRASIL

Antes de apresentarmos os dados das pesquisas etnográficas com meninos, meninas e adolescentes existentes no Brasil é importante fazer três advertências importantes. Primeiramente, os dados obtidos nesse levantamento não permitem fazer generalizações. Por um lado, porque não tratam da produção de pesquisas etnográficas com crianças em outros espaços institucionais que não seguem a lógica da produção e da divulgação acadêmica de onde foram obtidos. Por estarem circunscritos aos campos científicos legitimados pelas universidades brasileiras, os interesses dessas pesquisas nos últimos decênios convergiram, de modo explícito, com o da formulação de políticas públicas de atenção aos direitos sociais e da criação de programas nacionais endereçados, direta ou diretamente, às crianças. A segunda advertência é a de que o Brasil é um país imenso, em que as vidas das crianças e dos adolescentes são altamente contrastantes, sob todas as dimensões, e a das desigualdades sociais é das mais contundentes. Se muitas vezes o significado e a vida social de uma criança podem ser radicalmente diferentes de uma outra convivendo em uma mesma escola, mais ainda o é em diferentes regiões do país ou classes sociais.

A terceira advertência é sobre as condições limitadas de realização da pesquisa nos programas de pós-graduação nas universidades públicas, impostas pelo período de duração dos cursos. Frisamos que a despeito dos prazos exíguos, há a exigência de que projetos passem por uma comissão de ética, o que traz desdobramentos ambíguos para a pesquisa e para o tempo a ser realizada.

Feitas essas advertências, é importante mencionar que todas as produções, mesmo não apresentando experiência etnográfica de colaboração de crianças e adolescentes, enfocam debates analíticos cruciais e tão diversos quanto são os modos de existência de crianças e adolescentes. Grande parte deles igualmente aborda temas muito interessantes. Identificamos como “recorrentes”, temas que aparecem com igual frequência (ou seja, cuja quantidade se assemelha) e cuja principal problemática vincula-se diretamente ao estudo com crianças e jovens no Brasil.

Essa problemática está nas publicações, muitas vezes inseridas nos debates da agenda pública e governamental no Brasil, identificadas como “governo da infância” (Resende, 2015). Essa agenda inclui a obrigação de atendimento escolar de crianças e uma série de ações em direção à consolidação do atendimento às crianças em creche e pré-escola, ao atendimento às crianças indígenas e com necessidades especiais, a chamada educação inclusiva. Todo esse processo foi iniciado com a Constituição Federal de 1988 e fortalecido com legis-

lações complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), crucial quando se pensa nos direitos da criança e adolescente no Brasil. Programas como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o Bolsa Escola e o Bolsa Família impactaram a vida das crianças no País. Como decorrência, uma das singularidades observadas nas pesquisas etnográficas com crianças do Brasil é o fato de serem recentes: passar a existir no período posterior à legislação e cresceram nos anos de 2004 e 2005, com alguma irregularidade, e com aumento significativo entre os anos 2012 e 2016.

Não se trata de uma coincidência o encontro de pesquisas etnográficas com e sobre crianças e adolescentes com a governamentalidade. Uma das explicações possíveis é que, no Brasil do referido período, o financiamento para as pesquisas universitárias foi justamente para o planejamento, gestão, produção e avaliação de programas oriundos dessas políticas públicas, a maioria resultante da atuação de movimentos sociais. Se essas seriam as demandas políticas e institucionais, as demandas acadêmicas, inseparáveis, tem uma agenda própria e, em relação a crianças e adolescentes, também acompanham a autorreflexão que vem caracterizando a Antropologia recente e outras áreas de conhecimento, como a Sociologia e a Linguística. Por todas essas razões, as pesquisas etnográficas com crianças e adolescentes têm crescido no país.

Para a apresentação dessas produções, organizamos três temas abrangentes que reúnem as experiências de pesquisas etnográficas com a participação de crianças e adolescentes: a experiência em contexto escolar, a experiência urbana, a experiência em contexto jurídico e com o Estado.

## 2.1 O contexto escolar

Desde a década de 70 a etnografia tem sido utilizada em contextos escolares no Brasil. Atualmente existe um acúmulo de discussão na área sobre as especificidades da abordagem etnográfica no campo da educação e um dos efeitos diz respeito a pesquisas que excedem o espaço da sala de aula ou da escola. Os temas mais comuns nas pesquisas com participação de crianças na escola foram os espaços e tempos do brincar, a noção de infância e as dinâmicas de gênero e práticas corporais. Outros temas recorrentes foram a adaptação à disciplina escolar, as críticas aos modelos dessa disciplina por parte das crianças, mesmo quando invisíveis e inaudíveis para os adultos (Campos, 2011; Corsi, 2010; Facci, 2013; Freitas, 2015; Karlsson, 2012; Lino, 2008; Mafra, 2015; Oliveira, 2011;).

A crítica ao atual modelo escolar é igualmente direcionada ao conteúdo do ensino, considerado distante da realidade dos alunos (Hilgert, 2006), ou como as crianças aprendem conteúdos como alfabetização, música, matemática, geografia e outros das humanidades. O processo de aprendizagem e desenvolvimento é nesses casos frequentemente pensando na interação da criança com o mundo (Costa, 2016; Leal, 2012; Lino, 2008; Santos et alii., 2015; Silva 2016; Werle, 2015).

Há temas específicos como a escolarização da infância, a relativização da aquisição de conhecimentos e de habilidades por meio de

processos formais de escolarização (Neves, Munford, Coutinho & Souto, 2017), os eventos de letramento entre as crianças (Castanheira, Neves e Gouvêa, 2013; Monção, 2015), as relações entre o brincar e a escrita, a passagem da educação infantil para a fundamental (Carvalho, 2015; Gomes, Neves & Dominici, 2015; Neves, Gouvêa & Castanheira, 2015), a experiência da reprovação escolar (Silva, 2015), da escola em tempo integral (Carvalho, 2015) e a educação inclusiva do ponto de vista do atendimento dado pelos adultos às crianças (Sekkel, Zanellato & Brandão, 2015).

Os temas étnico-raciais (Dornelles & Marques, 2015, Nunes, 2016), de gênero (Bueno, 2012, Buss-Simão, 2013; Cruz, 2012; Marcelle & Haddad, 2016; Wenez, 2011), educação sexual (Altmann, 2009), no contexto escolar em geral e indígena (Bruno & Lima, 2015) colocam em debate as teorias clássicas da socialização. Grande parte de investimentos nesse âmbito gravita em torno dos debates paradoxais entre igualdade e diferença para a inclusão na educação brasileira.

Um tema importante no contexto no espaço escolar é a brincadeira, que não se limita aos espaços e tempos demarcados do recreio e da quadra, mas em momentos de imprevisibilidade e instabilidade, na sala de aula e nos corredores da escola (Noronha, 2008). As situações de jogo podem ser entendidas como ritos criados e controlados pelos alunos, como o caso de brincadeiras que envolvem tumultos, intenso contato corporal, gritarias e domínio de códigos (Zacarias, 2009). O brincar é abordado também como um ato meta-comunicativo, pois a diversão move emoções, percepções, relações, negociações, encontros e desencontros (Borba, 2005, Duarte, 2015; Fians, 2015, Pereira, 2014). Também foram encontrados estudos sobre a recepção de manifestações artísticas, de filmes e das mídias em geral, principalmente televisiva (Delorme, 2013, Gatto, 2013; Leal, 2012, Queiroz, 2015).

## 2.2 Contextos urbanos e suas fronteiras

Grande parte das pesquisas etnográficas com crianças e adolescentes são realizadas nos contextos urbanos, mas há algumas feitas em pequenas comunidades rurais próximas a cidades e/ou que interagem com contextos urbanos. Igualmente há pesquisas com crianças em outros contextos não urbanos, como as de grupos indígenas, quilombolas (Nascimento, 2009), ciganos e de assentamentos construídos pela reforma agrária. As pesquisas discutem justamente a comparação entre os dois mundos: ser criança no quilombo, na aldeia ou no assentamento e ser criança na cidade, problematizando os tipos de participação possibilitados em cada espaço e também a noção de identidade/alteridade que as crianças e adolescentes não urbanos vão criando em relação à cidade e suas instituições, principalmente a escola.

Em contextos de pequenas comunidades, os temas são a relação entre adultos e crianças, o debate sobre a socialização e o trabalho infantil, sobre a infância como período de aprendizado moral para o grupo estudado e sua crucial importância para a reprodução social das famílias e da comunidade.

Uma socialização que exige das crianças saber lidar com diferentes infâncias na intersecção entre as cidades e aldeias indígenas (Santos,

2015), ou na circulação de crianças nos assentamentos (Carvalho, 2011) e que participam na política por meio da brincadeira (Couto, 2016) foram caminhos para pensar as relações do Estado com o movimento social. Com as crianças quilombolas (Silva, 2014, Amoras & Motta-Maués), a identidade se mostra como elemento norteador.

A comparação entre dois mundos – como o campo e a cidade – que constroem diferentes tipos de infância reaparece em pesquisas com crianças moradoras de periferias urbanas em relação àquelas que moram em bairros nobres ou condomínios fechados (Begnami, 2014, Calaf, 2007). Sua participação política, por exemplo, pode ser bastante contrastante, em um ou outro ambiente, como também a responsabilidade pelo outro nas experiências intersubjetivas do cotidiano (Lara & Castro, 2016).

Nas grandes cidades, as pesquisas problematizam a situação de rua, a condição de pobreza e violência e muitas vezes encontram as crianças e adolescentes dentro das instituições – como os abrigos e sistema socioeducativo, além da escola (Alves, 2014, Lasaretto, 2009, Oliveira, 2012). No contexto urbano de cidades pequenas, o imaginário das crianças é investigado na família e nos espaços como o campo de futebol, a praça e igreja (Pires, 2007; Silva, 2013).

As crianças em espaços públicos de lazer, o lugar das brincadeiras e da “infância” nas cidades atuais, a pergunta a respeito de como e onde as crianças de hoje brincam é bastante comum entre os trabalhos acadêmicos levantados (Azevedo, 2006, Coelho, 2004; Noronha, 2008). Eles também tratam do acesso, do trânsito, da apropriação, da circulação nos espaços públicos, nos espaços abertos, nas ruas, nos parquinhos, em lugares que não são a casa ou a escola. Atravessam essa problemática questionamentos sobre diferenças de gênero, racismo, faixa etária, classe, envolvimento dos adultos (pais, professores), a segurança (policiamento, tráfico de drogas, estupro, pedofilia). São frequentes os temas de pesquisas que revelam preocupações com as crianças que moram em favelas, ocupam espaços públicos sem supervisão de um adulto e que por vezes moram sob risco de remoção (Lara & Castro, 2016; Rocco, 2015). No caso dos adolescentes pobres, aponta-se com frequência e como admoestação a relação espúria entre consumo de bens conspícuos e o envolvimento em atividades ilícitas (como roubo e tráfico).

### 2.3 Contextos jurídicos vinculados ao Estado

As ambiguidades entre saberes e práticas visíveis no Estatuto da Criança e do Adolescente, como antes mencionado, estão nas tensões entre a agenda pública de universalização dos direitos das crianças e adolescentes e os modos de existência singulares que ora estão distantes do ideário jurídico-político de proteção das crianças, ora privam, ameaçam ou até mesmo violam esses direitos, sobretudo nos centros urbanos em que o “governo da infância” (Resende, 2015) é mais atuante por meio de instituições da sociedade civil e pública (como conselhos tutelar, conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, ministério público estadual e federal).

É importante mencionar que essas ambiguidades, que podemos traduzir como um contraste entre a padronização e legitimação do saber

judiciário brasileiro, convivem com o caráter multiétnico da sociedade brasileira e com os direitos coletivos à terra de coletividades culturalmente diferenciadas, em especial dos povos indígenas e de comunidades quilombolas, reconhecidos por diversos de seus dispositivos da Constituição Brasileira de 1988. Esse é igualmente o horizonte que levanta perguntas e relativizações nas pesquisas etnográficas com crianças e adolescentes, cujos temas vão da educação indígena, ensino bilíngue, letramento para crianças da pré-escola, gênero, abordagens étnico-raciais e ambiente.

O modo como as crianças interpretam, resistem, participam e convivem com o medo, o perigo, a mídia e moralidades contraditórias (Silva e Godoy, 2016), o medo da polícia vivido por crianças de 04 a 05 anos de idade (Bulhões, Santos & Rebouças, 2016), o sofrimento social e político do adolescente em conflito com a lei (Malvasi, 2011, Miraglia, 2005), a criminalização dos adolescentes negros (Oliveira, 2014) e a interação das crianças e adolescentes com o direito e a justiça (Oliveira, 2002, Schuch, 2005) no contexto urbano são outros temas atravessados pelo governo da infância, por instituições estatais e da “sociedade civil”.

Ainda que boa parte das produções acadêmicas e científicas tenha a escola, as periferias, a situação de rua, de trabalho infantil, instituições de acolhimento e de medidas socioeducativas como problema de pesquisa, o racismo não é uma problemática frequente nos estudos e vem acompanhado de questões paralelas, como gênero, sexualidade, convivalidade entre jovens (Futata, 2010, Nascimento, 2014, Silva, 2014).

Na área da saúde, especialmente da enfermagem (Azevedo, 2014; Pan, 2015, Alves et al, 2009, Amaral, 2005) observa-se problemas de pesquisa em que os eventos das doenças e da hospitalização na vida das crianças são marcados pela mudança da rotina e seus cuidados e sobre o papel dos serviços e das políticas sociais no atendimento de jovens (Malfitano, Adorno e Lopes, 2011).

Do amplo e valioso repertório de temas, problemas, abordagens e contextos que caracterizam as pesquisas etnográficas com crianças e jovens encontrados em nosso levantamento, nos detivemos em duas estratégias colaborativas cuja particularidade é ter ocorrido em um mesmo contexto em que a participação das crianças incluiu reflexivamente a participação dos pesquisadores. Isso implicou um compartilhamento de saberes sob perspectivas diversas, advindas das diferentes inserções nas relações no mesmo contexto, como também modelou e conduziu diferentemente a estratégia colaborativa.

### 3. A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA PESQUISA ETNOGRÁFICA: A REFLEXIVIDADE EM UMA CONFIGURAÇÃO RELACIONAL PARTICULAR

“Não há receita para conhecer pessoas”. Essa afirmação de Evans-Pritchard (2005) encontra-se no final de uma de suas conferências para responder à indagação de como se faz trabalho de campo. Ele a inicia mencionando Paul Radin, que disse uma vez que ninguém sabe muito bem como se faz. Sem deixar de mencionar que a primeira

exigência é ter um treinamento rigoroso em teoria antropológica (condições para saber o quê e como observar) ele descreve o período inicial de perplexidade, momento pelo qual, de um jeito ou de outro, se encontra um caminho. Segundo ele “sempre acabou descobrindo que a melhor maneira (da minha parte não intencional), de superar minha timidez e suspeitas do meu anfitrião era por meio das crianças que não mostram a mesma reserva diante de estranhos (nem eu diante delas). Entre os Azande, pediu aos meninos que lhe ensinassem jogos, e entre os Nuer, ia pescar todos os dias com os rapazes” (Evans-Pritchard, 2005, p.254).

Ao privilegiar neste artigo as estratégias participativas de etnografias com crianças, partimos da mesma premissa - de que não há receitas ou modelos a serem seguidos - mas, ao contrário de Evans-Pritchard que vê nas crianças um meio para ser aceito, entendemos que a participação das crianças em si mesma cria uma configuração relacional particular inseparável da reflexividade ativa do pesquisador no campo.

Dentre as muitas etnografias instigantes lidas em nosso levantamento, optamos por apresentar duas etnografias feitas em um mesmo campo: Catingueira, uma cidade no interior da Paraíba, situada no nordeste do Brasil. Queremos mostrar estratégias participativas que foram modeladas e conduzidas diferentemente e, ao mesmo tempo, condicionadas pelas perguntas e pelo gênero dos investigadores. A primeira é a tese de Flávia Pires (2007), intitulada “Quem tem medo do mal-assombro? Religião e infância no semi-árido nordestino,” apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFRJ/Museu Nacional, para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social, e a segunda é a dissertação de Antônio Luiz da Silva (2013), intitulada “Pelos beiradas: duas décadas do ECA em Catingueira/PB,” apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia – PPGA/UFPB, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

A tese de Pires tem como foco central o tema das experiências e ideias religiosas das crianças da cidadezinha de Catingueira, PB. Concebendo as crianças como agentes, a pesquisadora busca entender como elas “criam, interpretam, adquirem e recriam a cultura juntamente com os adultos e com outras crianças” (Pires, 2007, p. 33). Para conseguir interagir com as crianças, dialogar com elas, e tratar de compreendê-las segundo elas mesmas, Pires teria que conseguir acesso e participar de suas atividades cotidianas. No entanto, como explica a pesquisadora, “o mundo infantil é entendido em Catingueira como inacessível ao adulto. Quanto mais nova é a criança, mais alteridade lhe é concedida” (Pires, 2007, p. 18). Para serem respeitados, os adultos devem criar certa distância em relação às crianças, e as crianças devem estar em silêncio na presença dos adultos. Esse reconhecimento apresentava um difícil impasse para a pesquisadora. Como ela explica, “para levar a cabo o meu trabalho, de um lado era preciso aproximar-me das crianças e, até certo ponto, “fazer-me um” com elas; de outro lado, não poderia comportar-me excessivamente como criança, por correr o risco de perder a confiança de seus pais, comprometendo a própria pesquisa” (Pires, 2007, pp. 42-43). Para lidar com esse dilema, Pires adotou várias estratégias que possibilitaram a sua convivência

com as crianças de uma maneira diferente de outros adultos de Catingueira. Como explica, “meu objetivo durante o trabalho de campo era aproximar-me das crianças ... com vistas a distinguir-me dos outros adultos aos olhos infantis” (Pires, 2007, p. 43).

A primeira estratégia utilizada por Pires para inserir-se na vida social de Catingueira foi fazer visitas aleatórias a casas de famílias. “Assim que chegava a uma casa, me apresentava. Muitas vezes, me convidavam para entrar. Outras vezes ficávamos na varanda ou, na pior das hipóteses, em pé do lado de fora da porta. Conversávamos sobre amenidades e, depois, eu ia embora. Ao final de alguns meses fazendo visitas diárias, muita gente já me conhecia pelo nome. Com o tempo e as repetidas ‘palestras’ (conversa, bate-papo) passei a ser conhecida íntima de algumas famílias. Estas famílias, que por sua vez tinham crianças, facilitaram as primeiras interações com o mundo infantil” (Pires, 2007, p. 40). Nas casas de família, Pires podia observar a interação familiar. No entanto, a pesquisadora também queria conviver com as crianças “longe do olhar disciplinar do adulto” (Pires, 2007, p. 40). Para isso, resolveu começar a convidar as crianças para a sua própria casa, inventando pretextos como uma oficina de papel reciclado, um bolo de aniversário, contos de estórias, brincadeiras, e dinâmicas de grupos. Logo, a sua casa se transformou em um local sempre cheio de crianças de todas as idades. Em sua casa, Pires, estruturava as atividades da seguinte maneira: primeiro, as crianças deveriam fazer um desenho ou uma redação (considerado “trabalho”). Logo depois, podiam brincar no quintal ou dentro de casa. Em sua sala, Pires tinha um sofá-cama, que se tornou o foco das brincadeiras preferidas das crianças. Elas abriam o sofá, e pulavam em cima dele como se fosse um pula-pula, sempre fazendo muito barulho com gritos e risos. Mas as crianças nunca abriam o sofá sem pedir permissão antes, e também sempre o fechavam assim que ela pedia para fechá-lo, o que queria dizer que estava na hora de ir embora. Em sua tese, Pires reflete sobre o papel importante (e inusitado) que representou o seu sofá:

*Hoje, retrospectivamente, tenho a impressão de que foi este sofá a minha maior moeda de troca com as crianças. Elas me davam companhia e desenhos, e recebiam de volta um sofá para pular! O fato é que as crianças não são autorizadas a pular no sofá em suas próprias casas, e até as brincadeiras, principalmente dentro de casa, têm certa disciplina a ser seguida. Aos poucos, percebi que as crianças iam para a minha casa, sob a desculpa bastante digna de que estavam estudando comigo o que justificava até negligenciar os afazeres domésticos para brincar livremente, pulando, gritando, correndo e também brigando uns com os outros (Pires, 2007, p. 42).*

Outra estratégia utilizada por Pires foi participar das aulas de catecismo aos domingos. Como já mencionado, Pires procurava aproximar-se das crianças e diferenciar-se dos adultos que habitavam os seus contextos usuais. Para isso, tentou distanciar-se das professoras de religião. Então, por exemplo, no caminho para o catecismo, mantinha companhia com as crianças em vez de caminhar com as pro-

fessoras. Durante as aulas, participava nas brincadeiras com grupos de crianças. Como diz a pesquisadora, “minha intenção era que as crianças soubessem que eu não era como as professoras; que, apesar de ser adulta, estava ali para aprender, e não para ensinar-lhes sobre religião” (Pires, 2007, p. 43). Em várias ocasiões, as professoras tentaram posicioná-la como autoridade, pedindo para fazer uma oração, ou solicitando auxílio em questões de disciplina. Mas Pires sempre tentou afastar-se desse papel, pois sabia que poderia arruinar os seus planos de acercar-se das crianças. Em suas palavras: “Se as crianças me vissem como um aprendiz e não como uma professora que sabe todas as respostas e ensina, seria mais fácil desencadear uma relação de cumplicidade e confiança, o que tornaria possível a pesquisa” (Pires, 2007, p. 44). Pouco a pouco, Pires se deu conta que as crianças realmente a consideravam como um membro de seu próprio meio. Um dia, a professora pediu a todas as crianças para anotar umas questões a serem respondidas. Uma criança viu que Pires não tinha papel e lápis, e ofereceu uma folha de seu caderno e um lápis para que ela também pudesse fazer o exercício. Em outra ocasião, quando a professora pediu para que as crianças se dividissem em grupos, algumas delas lhe convidaram para participar de seu grupo.

Como podemos ver, ao permitir que as crianças fizessem brincadeiras normalmente não sancionadas por adultos em sua casa (e.g., pular no sofá da sala e fazer muito barulho), e ao participar das atividades e brincadeiras infantis durante as aulas de catecismo, Pires conseguiu interagir com as crianças de uma maneira diferente dos outros adultos de Catingueira, em outras palavras, conseguiu “ser assimilada pelas crianças como uma adulta diferente” (Pires, 2007, p. 44). Ela reflete: “Não acredito que as crianças tenham me visto como uma criança. Mas acredito que o fato de eu ser adulta e elas serem crianças deixou de ser um imperativo negativo para a relação. Mais do que uma adulta, eu estava sentada na carteira ao lado, ouvindo e prestando atenção ao catecismo. Enfim, a atividade em que estávamos imersas suplantou o fato da nossa diferença de idade” (Pires, 2007, pp. 45-46).

É importante ressaltar que o gênero da pesquisadora apresentou possibilidades importantes para o sucesso de suas estratégias participativas durante o trabalho de campo. Por ser mulher, foi mais fácil para Pires aproximar-se das mães das crianças. Conforme mencionado, Pires fez muitas visitas a casas de famílias para cultivar amizades. Também se juntou a um grupo de mães que faziam caminhadas ao nascer do sol em companhia de suas filhas. Com a confiança das mães, às crianças era dada permissão para frequentar a sua casa. Algumas das mães explicaram que não deixavam seus filhos na rua ou na casa de outras pessoas e que a única casa que podiam visitar era a da pesquisadora. Pires explica que em Catingueira é considerado normal para mulheres solteiras passarem tempo com crianças e cuidar delas.

Além da observação participante, Pires utilizou outras estratégias metodológicas, como desenhos, redações, filmagem, diários, fotografias, cartas, entrevistas com crianças, e programas de rádio. No entanto, a pesquisadora adverte que somente a observação participante e os desenhos conjugados com as redações foram trabalhados exaustivamente, as outras técnicas tomando um caráter complementar. Como

diz Pires, “os desenhos podem funcionar como um guia para a observação participante. Com os desenhos à mão, é possível direcionar o olhar para a realidade, de acordo com os tópicos levantados pela população estudada. De outro lado, a observação participante dá corpo ou refuta as sugestões que os desenhos engendram” (Pires, 2007, p. 47). Muitos dos desenhos foram elaborados pelas crianças durante as visitas à casa de Pires. Como foi mencionado anteriormente, quando chegavam à casa, as crianças sempre desenhavam e/ou escreviam uma redação antes que pudessem brincar no quintal ou pular no sofá. Na segunda etapa da sua pesquisa, Pires trabalhou com as crianças em desenhos temáticos (e.g., “a minha religião,” “o mal-assombro”), e optou por aplicar os desenhos nas duas escolas da cidade, pela conveniência de se encontrar um grande número de crianças já divididas em grupos etários. Para obter permissão para visitar as escolas, a pesquisadora esteve com a diretora de uma das escolas em sua casa. Depois de apresentar-se e explicar o objetivo do seu estudo, recebeu seu pronto consentimento. Nos perguntamos se teria recebido a mesma calorosa acolhida se fosse um pesquisador homem visitando a casa de uma diretora mulher.

Nas escolas, Pires não encontrou nenhuma oposição, por parte dos adultos ou das crianças, para realizar os desenhos. A única vez que observou resistência foi com alunos adolescentes do sexo masculino, nas sétima e oitava séries do ensino fundamental. Com esses rapazes, Pires observou atitudes “engraçadinhas,” como um que a perguntou se ia ganhar passagem para o céu se fizesse a redação, provocando muitos risos em toda a classe. Outros rapazes entregaram a folha em branco, e ainda outros copiaram os escritos de colegas. Um menino de dezesseis anos escreveu a sua estória de mal-assombro sobre um monstro que, segundo ele, se parecia com Pires. Claramente, esses rapazes, ao contrário das crianças que brincavam em sua casa ou participavam de brincadeiras durante as aulas de catecismo, não a consideraram diferente de outros adultos da cidade. Neste caso, nos perguntamos se o fato de ser mulher tenha sido um obstáculo, em vez de uma ajuda, como na relação com as crianças menores. Se Pires fosse um pesquisador homem, será que esses rapazes teriam levado a tarefa mais a sério?

Com a exceção do caso desses rapazes adolescentes, Pires conseguiu inserir-se no mundo das crianças de Catingueira, e estabelecer uma relação com elas que era diferente do papel que mantinha com os adultos da cidade. Isso não quis dizer que as crianças a viam como outra criança, mas como uma adulta que se relacionava com elas de uma maneira distinta. O acesso à comunidade das crianças, a aceitação das mães, e a cooperação das professoras foram de muitas maneiras facilitados pelo fato da pesquisadora ser mulher.

Tendo como foco o Estatuto da Criança e do Adolescente e a política pública operacionalizada localmente para as crianças, Silva (2013) apreende a participação política das crianças na cidade, pela ocupação dos espaços sociais e pela capacidade de propor soluções criativas para os problemas que as implicam.

No início da descrição, Silva explicita o desafio a ser por ele enfrentado, pois outros grupos estiveram na mesma cidade com pesquisas

etnográficas com variadas estratégias participativas, como “hospedar-se na casa das famílias observadas, discussão em grupos focais, uso de desenhos, redações e entrevistas, fotografias, além da clássica observação participante (Nogueira & Pires, 2012; Santos, 2011; Silva, 2011; Silva Jardim, 2010; Sousa, 2015; Pires 2007). Os grupos focais, os desenhos e as redações estavam, completamente, fora de minha possibilidade de atuação, por requererem uma articulação com algumas instituições, o que precisava ter sido preparado previamente. A possibilidade de me hospedar em casa de alguma família até existia, mas me era completamente desconcertante, visto que, pondo-me em meu lugar, eu era um perfeito estranho na cidade, ainda por cima homem e bem adulto. Restava-me então apelar para boa dose de criatividade e para um planejamento que favorecesse a exposição de minha imagem na cidade”. (Silva, 2013, pp. 38-39).

As possibilidades importantes para o sucesso das estratégias participativas de Flávia Pires durante o trabalho de campo têm como uma das razões evidentes o fato de ser mulher. Como em todos os casos dependeu também da participação das crianças e da própria participação dela entre as crianças, mães, professoras e adultos da pequena cidade, trazidas pela habilidade de manter a reflexividade na comunicação. Em contraste, na mesma cidade, desde o início, dadas as predisposições contextuais do que ocorria no momento na Paraíba, Antônio Luiz da Silva foi para Catingueira com a preocupação a respeito da imagem que ele passava. A busca de uma inteligibilidade mútua a ser construída entre as pessoas da cidade foi acentuada por um evento que “bombardeou a Paraíba”: uma série de notícias dizendo que havia entre nós um homem adulto abusando sexualmente de uma gama considerável de meninas e adolescentes” (Silva, 2013, p.39). Como ele queria encontrar as crianças na rua, no campo, na escolinha de futebol, na praça, “livres da institucionalidade” e “sem mediação adulta”, “tinha muito medo, sabia que esse atrevimento, para um homem adulto, estranho, da cidade grande, sem nenhum vínculo na cidade a ser pesquisada, sem estar acompanhado por mulher, não iria ser fácil”. E foi o que ele fez. Durante todo o tempo que viveu na cidade ficou todos os dias na rua “do amanhecer até às 22 horas” (Silva, 2013, p. 40).

Estar na rua, no início de sua inserção na cidade, foi interagir com adultos por onde os encontrava, mas evitar a aproximação com crianças, observadas em pequenos grupos jogando bola, brincando de bicicleta, consertando brinquedos ou simplesmente conversando. “Se estavam somente as crianças, eu geralmente não parava. Só me demorava se houvesse algum adulto por perto. Aliás, os adultos foram sempre tomados como pretextos para minhas abordagens às crianças nesses passeios matinais” (Silva, 2013, p. 41). Assim deixou as crianças reagirem à sua presença e, sobretudo, no campo de futebol, onde nunca estava sozinho e havia sempre adultos por perto, se sentia bem livre para se aproximar ou ser abordado por elas. Essa decisão inicial permaneceu durante todo o período da pesquisa etnográfica, em que algumas vezes jogou bola pelas calçadas, foi à piscina pública, fez passeios com jovens e foi à quadra de esportes destruída por um vendaval. Todo o dia esteve no estádio de futebol, todos os domingos rezou nas missas e nas sextas-feiras o terço dos homens, mas “ao contrário de

Flávia Pires (2007), nunca deixei que crianças fossem à casa em que fiquei hospedado, talvez por excesso de cuidado e zelo amedrontado” (Silva, 2013, p. 41).

O “zelo amedrontado” encontrava o seu reverso, pois o investigador era visto, investigado, inquirido por crianças, adultos e idosos. Além da curiosidade habitual de todos em saber o que estava fazendo lá, onde morava, quanto tempo ficaria lá, qual seu nome e seu pertencimento de família e de ser identificado como pesquisador ou professor, passou por “um grande constrangimento” (Silva, 2013, p. 42), momento de tensão e angústia, que deixou “adoecido” em seu corpo (Silva, 2013, p. 43):

*[...] certa vez, num final de tarde, estava com um colega da cidade na lanchonete que fica na praça principal. Naquela ocasião, Cláudio, 9a, se aproximou e meu colega ofereceu-lhe um pouco de refrigerante, enquanto eu lhe entregava uma porção de pastéis. Cláudio era meu conhecido e um daqueles importantes interlocutores com quem já havia tido muitas conversas. Outro garoto que se avizinhava, um pouco mais velho, chamou Cláudio e cochichou-lhe ao ouvido. Cláudio voltou para nossa mesa e disse em voz alta: “Você está mentindo, eu conheço o cara”. Meu colega de mesa quis saber do que se tratava; certamente já ‘estava com alguma pulga atrás da orelha’. E Cláudio acrescentou: “Ele disse que ele (apontando pra mim) é de Campina Grande e come os menininhos”. Por um momento, fiquei completamente atordado. Apesar disso, a resposta me veio de supetão: “Não como menininho e nem sou de Campina Grande” (Silva, 2013, p.41-42).*

As implicações éticas, metodológicas e teóricas da investigação com crianças frente à particularidade da presença de Silva, por ser homem e estar sozinho em Catingueira, foram por ele refletidas. Sem se esquivar das dificuldades, incluiu as possíveis desconfiças em suas estratégias, contrastando-as com outras, como, por exemplo, a adotada por Diana Milstein (2007), que alega que sua condição de mulher lhe favoreceu o acesso às crianças em uma pesquisa num espaço escolar e de Peterson R. da Silva (2011), que revelou seu desconforto em um espaço marcadamente feminino como o da educação infantil.

Na pesquisa etnográfica de Silva o contraste diferencial com as pesquisas anteriores na mesma cidade foi impositivo para o modo como ele interagiu com as crianças. A estratégia colaborativa deu-se principalmente por estar entre elas jogando ou assistindo futebol, na quadra ou no estádio. Por meio da reflexividade de sua posição em relação às crianças na cidade e consciente do quadro convencional no qual ele e as pessoas da cidade se moviam, construiu paulatinamente a estratégia participativa. Tal quadro convencional está visivelmente articulado aos modos de pensamento, de percepção e de ação da masculinidade, que excede a identidade subjetiva de Silva. Ela integra a indagação a respeito dos direitos da criança e a contraparte abjeta desses direitos, que são os rumores da pedofilia, circunscrição que induziu a um convívio com crianças, meninos, em “espaços abertos”, na verdade, públicos, e construiu como dado etnográfico nuclear o futebol, ambos

distinções que integram o contexto convencional da masculinidade. Ele está sintetizado no título do capítulo: *Meninos aprendendo com homens: considerações sobre os direitos infantis a partir do estádio de futebol em Catingueira*. Nele emerge o estádio de futebol como “importante palco para a encenação do vivido”, lugar da ida das crianças que lhes abre um pouco de sua autonomia e expressa o cuidado que a elas dispensam os adultos; o futebol é igualmente uma marca de gênero e o aprendizado da masculinidade de meninos com e como homens pelas beiradas do gramado. A singularidade do futebol não é apenas um esporte de preferência nacional. Por meio dele, como chama atenção Silva em uma citação de Guedes “avaliamos e discutimos identidade e honra nacional, composição étnica do povo brasileiro, virilidade e masculinidade, força, fraqueza, coragem, covardia, solidariedade” (Silva, 2013, p. 108, *apud*, 2011, p.02).

O pesquisador descreve várias situações em que o futebol emerge como “encenação do vivido”. Aqui citamos duas delas: nos dias de jogos no estádio os homens “concediam às crianças certa liberdade, deixando que elas brincassem com a bola oficial” e se misturassem com eles nos momentos de aquecimentos. Quando a partida começava os meninos tinham que se retirar do campo para as margens “como se o futebol de criança fosse um futebol de menor valor, um futebol das beiradas” (Silva, 2013, p.129). Nas duas tardes por semana em que o estádio não era aberto para manutenção, as crianças entravam no estádio por um buraco no muro e por ele passavam para jogar e não entravam na parte gramada (Silva, 2013, p.118).

Essas situações são a oportunidade para Silva compreender o significado de alguns direitos da criança em Catingueira. Apesar de não existir política pública para o esporte para adultos e nem para as crianças, na vida cotidiana os grupos vão criando as próprias regras e “o direito vai penetrando devagarzinho, modificando aqui, sensibilizando ali, ganhando ou perdendo espaço acolá (Silva, 2013, pp. 129-130), de modo que é construído independente de sua determinação legislativa (Silva, 2013, p.129).

Fora do estádio os meninos encontravam soluções alternativas para jogar futebol, limpando a quadra que foi destruída por um vendaval, chutando bola no meio da rua e improvisando, com pedras ou sandálias, uma trave, além de outros arranjos criativos. Uma cena chamou a atenção de Silva em que os meninos se mobilizaram para carregar duas traves móveis que estavam sobrando no estádio. “Dois homens seriam capazes de carregá-la sem grandes esforços”. Eram 10 meninos, de 07 a 10 anos, aproximadamente, transportando barras de um lado para o outro, sem solicitar a ajuda dos adultos. A cena lembrou a ele “um grupo de formiguinhas carregando uma grande folha de árvore” em que os meninos se enfileiravam, pegando as traves móveis e colocando-as nos lugares onde queriam. Para ele foi um evento de grande beleza, indicando a solidariedade, a organização, a criatividade, a independência e a agência infantis. Como conclui, os meninos aprendem bem o futebol, e elaboram diversas formas de relacionamentos sociais a partir do futebol (Silva, 2013, p.128).

*Os meninos, se aqui se imagina do ponto de vista dos seus direitos, vivem ‘o já’ e também ‘o ainda não’. Estão no campo,*

*mas não dentro dele. Podem jogar nele, porém não totalmente dentro dele, ocupando apenas as beiradas na maior parte do tempo. São do sexo masculino, portanto camaradas de gênero, mas ainda não homens, no sentido adulto da palavra, estando em fazimento, sem estarem ainda feitos. Estão se apropriando dos códigos do ser homem e também do ser catingueirense. São meninos transformando, a seu modo, experiências de homens. São meninos conquistando uma cidadania que já é de direito, mas ainda não é de fato (Silva, 2013, p.130).*

Ao comparar o trabalho de campo etnográfico a procedimentos metodológicos utilizados por outras ciências sociais, Guber (2011) ressalta que a pesquisa etnográfica se caracteriza por sua inerente ambiguidade e falta de sistematicidade. Como mencionamos anteriormente, não é possível para o etnógrafo formular estratégias participativas *a priori*, a partir de modelos predeterminados, a serem seguidos rigidamente. Como diz a autora, “tal como um jogo se aprende jogando, uma cultura se aprende vivendo-a” (Guber, 2011, p. 55). Guber também enfatiza que a participação é uma condição indispensável para o conhecimento sociocultural. Por isso a observação participante é a maneira ideal para o etnógrafo examinar criticamente conceitos teóricos, a partir de realidades concretas, utilizando como ferramentas “a experiência direta, os órgãos sensoriais, e a afetividade” que permite ao investigador imergir-se subjetivamente dentro da comunidade estudada (Guber, 2011, p. 55). Ao participar na comunidade, o etnógrafo inevitavelmente influencia o comportamento de seus interlocutores, que por sua vez influenciam o dele. “Assim, a fim de buscar os sentidos recíprocos da relação, é necessário que o pesquisador analise cuidadosamente as condições da interação... e o significado que eles dão ao encontro” (Guber, 2011, p. 57). Essa análise só é possível através da reflexividade.

O trabalho etnográfico em colaboração com crianças e adolescentes implica uma particular configuração relacional que emerge de uma multiplicidade de relações sociais e contextuais. Esta particularidade está evidenciada nas estratégias participativas adotadas por Pires e Silva, inventadas e refinadas gradualmente durante o trabalho de campo, a partir de possibilidades proporcionadas pelos posicionamentos de cada investigador no contexto da cidade de Catingueira. Pires descobriu que o sofá de sua casa era atrativo para a brincadeira das crianças e um meio para aproximar-se delas. Por ser mulher, foi possível cultivar amizades com as mães da cidade e convidar as crianças para a sua casa. Sua reflexividade a permitiu compreender que necessitava adotar um papel diferente de outros adultos para conseguir entrada no mundo infantil. Por outro lado, Silva, também por meio de sua reflexividade, se conscientizou que a sua condição de homem solteiro, desconhecido dos moradores de Catingueira, necessitaria da formulação de estratégias diferentes das anteriormente utilizadas por pesquisadores nesse contexto. Gradualmente adotou condutas inspiradas no jogo de futebol com crianças em espaços públicos como o estádio, a quadra e as ruas. O gênero do investigador teve uma influência direta nas estratégias utilizadas. Por ser homem, o jogo de futebol era “naturalmente”

reconhecido como uma atividade que podia participar com as crianças.

Nossa análise das estratégias participativas utilizadas por Pires e Silva não tem o objetivo de apresentar técnicas de pesquisa a serem seguidas e reproduzidas por futuros investigadores. Pelo contrário, nosso objetivo aqui é destacar a natureza emergente e inusitada do trabalho etnográfico em colaboração com crianças e adolescentes e a importância do ato de reflexividade por parte do pesquisador. Esperamos que nossos leitores se inspirem no cuidadoso processo de reflexividade que permitiu a cada etnógrafo elaborar e refinar suas estratégias de trabalho de campo. Ressaltamos que o *processo* de construção das estratégias é muito mais importante do que o *produto*, ou seja, as específicas estratégias finalmente adotadas por cada um.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE AS NOÇÕES DE INFÂNCIA, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pesquisar com crianças ainda se apresenta como um desafio, não apenas porque elas são silenciadas no mundo adulto-centrado, mas também porque os estudos acadêmicos encontram na alteridade da criança uma opacidade. Pesquisadores procuram formas de “capturar” o olhar, a voz, o pensamento, a comunicação das crianças para retransmiti-los em uma linguagem acadêmica que por vezes se mostra incompatível, distante e que distorce o que se aprendeu em campo.

Em nosso levantamento realizado sobre a pesquisa etnográfica em colaboração com meninos, meninas e jovens no Brasil, observamos que muitos estudos versam sobre o entendimento das crianças em relação a alguma área de conhecimento vis-à-vis o que se toma como a visão hegemônica dos adultos, revelando a dificuldade generalizada no ambiente acadêmico de considerar a experiência da criança como legítima em si, tal qual seria a do adulto em um estudo com adultos. Há uma profusão de pesquisas que se assentam sobre o confronto do entendimento de crianças sobre o discurso científico e legal, sobre a política governamental, sobre o proselitismo religioso e sexualidade. Nesses estudos analisam-se as formas de engajamento e compreensão, tendo uma questão em específico: se elas o fazem como adultos ou de maneiras alternativas.

Outros estudos mostram que crescer significa deixar de entender e viver as coisas daquela maneira *infantil*. Assim, o aprendizado de tornar-se adulto é um problema de pesquisa constante. Se tomarmos a brincadeira, por exemplo, há casos em que a violência impediria o uso da rua para a brincadeira, no entanto, ao tornar-se adulto, adolescente, mesmo em lugares onde brincar é possível, aqueles que “crescem” já não devem mais brincar. O aprendizado da religião é também um lugar de observação da transformação da criança em adulto. Aquelas crianças contestadoras são na tenra idade aceitas como curiosas. No entanto, se crescem e persistem com inquietações, são desconsideradas por não apresentar talento para serem futuros líderes religiosos.

Há pesquisas que focam simultaneamente crianças e adultos: sua interação, suas disputas, demarcações de diferenças, espelhamentos.

Nesses casos a criança é observada à luz do adulto, “na sua cultura”. Por outro lado, há pesquisas que preferem situações em que não há intermediação dos adultos – a não ser a própria pesquisadora – que, em geral, foca naquilo que seria “próprio das crianças”, buscando compreender uma “cultura de pares” entre as crianças. A presença dos adultos é reconhecida como uma “intervenção” externa na dinâmica das crianças e exige também outras formas de negociação e autorização entre pesquisadoras e pesquisados.

Embora a maioria dos estudos verse sobre uma razão em estado seminal que existiria nas crianças, alguns dão espaço para a imaginação “sem compromisso” das crianças, ou seja, não se devotam a buscar analogias e equivalências no universo adulto ou nos termos hegemônicos ao que experimentam no trabalho etnográfico com crianças. O aprendizado é um exemplo dessas possibilidades. Tanto há apostas na reprodução, quanto na emergência e inventividade.

Podemos também observar uma diferença de temas, olhares e linhas de pesquisas realizadas com crianças e as realizadas com adolescentes. Com as crianças, destaca-se o objetivo de dar atenção e voz às interlocutoras. De modo geral, as conversas, brincadeiras, desenhos e outros processos considerados miméticos e inventivos são as principais fontes de participação e de análise em pesquisas com crianças. Perpassa esses estudos uma concepção de essência lúdica da infância. Já com os adolescentes, embora haja os estudos que mostram sua dificuldade de serem ouvidos por políticas públicas, por exemplo, o que se destaca entre as pesquisas é a expressividade de seus corpos e suas performances.

Resumindo, há diferentes concepções das crianças e dos adolescentes presentes nas pesquisas etnográficas. Muitas vezes o debate é implícito, mas a preferência por certas categorias analíticas é suficiente para nele estar situado. Separamos essas categorias analíticas mais recorrentes, embora elas se sobreponham em uma mesma pesquisa etnográfica. Foram aqui aglutinadas como um recurso metodológico para mostrar que o modo como se pensa as crianças e adolescentes é inseparável do modo como se pensa a participação delas nas pesquisas etnográficas.

Uma das concepções parte da pressuposição de que haveria uma cultura própria das crianças (uma cultura de pares, entre crianças) em relação aos adultos. As crianças são vistas como participando e fazendo parte de duas culturas simultaneamente: a cultura adulta e a de pares, estando essas duas culturas entrelaçadas. As culturas de pares são construídas ao longo das interações entre as crianças, considerando-se o papel dos adultos como mediadores da cultura mais ampla. Deste modo, as crianças não apenas adquirem os significados do mundo, como também contribuem para sua produção e mudança.

Uma segunda concepção, mais sociológica talvez, concebe as crianças como ocupando um lugar de minorias, ao lado dos negros, dos indígenas e das mulheres. Implicar as crianças em pesquisas etnográficas seria salvá-las do silêncio e da exclusão em que as mantiveram os trabalhos mais tradicionais.

A terceira concepção vê as crianças como possuindo agência e, portanto, co-construtoras do processo de interação por meio do qual

edificam sua autonomia e criatividade, participando ativamente desse processo entre adultos. São atuantes e produtoras de significados e entendidas como sujeitos ativos na sociedade em que estão inseridas, com seus saberes, afetos e valores. O argumento de que as crianças são agentes sociais, implica que crianças de qualquer grupo social ou cultura sabem de si, sabem onde estão, o que faz parte da dinâmica de suas vidas e quais são os grupos a que pertencem.

A quarta concepção concebe as crianças como seres profundamente relacionais. Ao contrário de serem vistas como desempenhando ações autônomas, as crianças se comportam por ações desencadeadas pelas relações sociais de modo que sofrem constrangimentos, mas igualmente se reinventam permanentemente. O cotidiano das crianças seria marcado pela presença não de indivíduos autossuficientes, cuja racionalidade e competência seriam os predicados de suas posições no mundo, mas de subjetividades descentradas, que se constituem nas relações com os outros. Assim, o autoentendimento das crianças não seria mera reprodução de práticas e saberes observados dos adultos, mas construído pela inescapável inserção nas relações em contexto.

É importante lembrar que tais concepções são parte da reconfiguração dos direitos e aqui lembramos a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, proposta em 1989. Ela reconhece os sujeitos infantis com direitos e liberdades que até então eram destinados apenas aos adultos, o que não significa compartilhar do ideário individualista das sociedades modernas, orientado pelos valores da autonomia, liberdade e vontade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, C. A., Deslandes, S. F., & Mitre, R. M. A. (2009). Desafios da humanização no contexto do cuidado da enfermagem pediátrica de média e alta complexidade. *Comunicação, Saúde, Educação*, 13(1), 581-594.
- Alves, Mirela de Brito. (2014). *Entre cobras e lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Altman, H. (2009). A Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 175-200.
- Amaral, Marta Araújo. (2005). *Entre o desejo e o medo: oficinas de trabalho como espaço de reflexão e empoderamento de adolescentes*. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Amoras, M.; Motta-Maués (2016). *Ser um trabalhador/tornar-se um abacataense: criança, socialização e identidade em uma Comunidade Quilombola da Amazônia-PA*. *Latitude*, vol.10, n.2, 251-285.
- Azevedo, Alexandre Maurício Fonseca de. (2014). *Crianças especiais na Ilha do Marajó: uma abordagem antropológica*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém.

- Azevedo, Alexandre Maurício Fonseca de. (2006) Porto das brincadeiras no Porto-do-Sal (Belém-Pará): uma leitura antropológica das práticas da infância. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em ciências sociais, PA: UFPA.
- Begnami, Patrícia dos Santos. (2014). Infâncias possíveis: ser crianças na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista. Tese (Doutorado) – Universidade de São Carlos: UFSCar.
- Borba, Angela Meyer. (2005). *Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar*: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em educação, RJ: UFF, 2005.
- Borges, Antonádia Monteiro. (2016). *República das Mangas ou sobre o amargo gosto de tudo o que amadurece à força*. Repocs, v.13, n.25, jan/jun. 2016, 22-42.
- Bruno, M. M. G., & LIMA, J. M. S. (2015). As formas de comunicação e de inclusão da criança Kaiowá surda na família e na escola: um estudo etnográfico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2015(1), 127-142.
- Bueno, Michele Escoura. (2012). *Girando entre Princesas: performances e contornos de gênero em uma etnografia com crianças*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bulhões, J. R. S. R. & SANTOS, J. D. F. & REBOUÇAS, S. S. L. P. (2016). Infância e segurança pública: desvelando o medo que crianças de tenra idade possuem do aparato policial. *Latitude*, vol.10, n.2, 353-381.
- Buss-Simão, M. (2013). Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação. *Revista Brasileira de Educação*, 18(55), 939-1064.
- Calaf, Priscila Pinto. (2007). *Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, DF: UnB.
- Campos, Juliana de Oliveira. (2011). *A criança de 6 anos no ensino fundamental de 9 anos na perspectiva da qualidade na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília.
- Carvalho, L. D. (2015). Crianças e Infâncias na educação (em tempo) integral *Educação em Revista*, 31(4), 23-43.
- Carvalho, Regiane Sbroion de (2011). *Participação infantil*: reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Ribeirão Preto, SP.
- Castanheira, M. L., Neves, V. F. A., & Gouvêa, M. C. S. (2013). Eventos interacionais e eventos de letramento: um exame das condições sociais e semióticas da escrita em uma turma de educação infantil. *Cadernos CEDES*, 33(89), 91-107.
- Coelho, Glaucineide do Nascimento. (2004). *Espaço vivido favela: brincadeiras infantis nos espaços livres da Rocinha*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Corsi, B. R. (2010). *Conflito na educação infantil: o que as crianças têm a dizer sobre ele?* Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa, Bruno Muniz Figueiredo. (2016). *Geografia escolar: crianças e infâncias no primeiro ano do ensino fundamental em Juiz de Fora (MG)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.
- Couto, Gustavo Belisário Araújo. (2016). *Brincando na terra: tempo, política e faz de conta no acampamento Canaã (MST-DF)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – DAN. Brasília: UnB.
- Cruz, T. M. (2012). Gênero e culturas infantis: os clubinhos da escola e as trocinhas do Bom Retiro. *Educação e Pesquisa*, 38(1), 63-78.
- Delorme, M. I. C. (2013). As Crianças e as Notícias da Televisão. *Educação em Revista*, 29(1), 205-223.
- Dornelles, L. V., & Marques, C. M. (2015). Pedagogias da racialidade: modos de se constituir crianças negras em escolas de educação infantil do Brasil. *Propuesta Educativa*, 43(24), 113-122.
- Duarte, Camila Tanure. (2015). *Relações educativas no brincar na educação infantil e no ensino fundamental: construção de identidades e autonomia em crianças*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlo, SP.
- Evans-Pritchard, E.E. (2005). *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.
- Facci, Douglas Tadeu da Silva. (2013). *A nova cruzada das crianças: um estudo de caso sobre as condições sociais de infância na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Freitas, Tayanne da Costa. (2015). *A criança e a escola: práticas corporais em tempos e espaços institucionalizados*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de Brasília, Brasília.
- Fians, Guilherme Moreira. (2015). *Imanências, verdades e contingências: Uma etnografia de brincadeiras infantis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- Futata, Flavia Pimentel Lopes. *O imaginário da passagem: imagens e símbolos no encontro com adolescentes em privação de liberdade na Fundação Casa*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Gatto, Érica Rivas. (2013). *Narrativas das crianças com os filmes: reflexões sobre a infância e consumo a partir do cineclubes megacine*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, RJ: UNIRIO.
- Gomes, M. F. C., Neves, V. F. A., & Dominici, I. C. (2015). A psicologia histórico-cultural em diálogo: a trajetória de pesquisa do GEPSA. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(1), 44-49.
- Guber, Rosana. (2001). *La etnografía, método, campo y reflexividad*. Bogotá: Grupo Editorial, Norma.
- Hilgert, Ione Maria Piazza. (2006). *O que as crianças falam sobre matemática? Um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental do município de Cascavel/Paraná*. Dissertação

- (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.
- Karlsson, Juliane Karla Freitas. (2012). *A visão das crianças sobre sua participação no contexto escolar: a vez e a voz da infância*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em psicologia, AM: UFAM.
- Lara, J. S.; Castro, L. R. (2016). As crianças no encontro com o outro: uma perspectiva relacional e afetiva da responsabilidade. *Latitude*, 10(2), 217-249.
- Lasaretto, Lucilaine Nunes. (2009). *Tribos de adolescentes em situação de medida socioeducativa: um estudo analítico-descritivo (2006-2007)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, SP.
- Leal, Júlia Munareto. (2012). *Comunicação e Educação: para uma abordagem política da identidade e da diferença na escola*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS.
- Lino, Dulcimarta Lemos. (2009). *Barulhar: a escuta sensível da música nas culturas da infância*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em educação, RS: UFRGS.
- Mafra, Aline Helena. (2015). *“Aqui a gente tem regra pra tudo”: formas regulatórias na educação das crianças pequenas*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, SC: UFSC.
- Milstein, Diana. (2007). Ser mujer y antropóloga em la escuela: una experiencia de trabajo de campo con niños y niñas. Em BONETTI, Aline & FLEISCHER, Soraya. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis; Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Miraglia, P. (2005). Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. *Novos Estudos - CEBRAP*, 72, 79-98.
- Malfitano, A. P. S., Adorno, R. C. F., & Lopes, R. E. (2011). Um relato de vida, um caminho institucional: juventude, medicalização e sofrimentos sociais. *Comunicação, Saúde, Educação*, 15(38), 701-714.
- Malvasi, P. A. (2011). Entre a frieza, o cálculo e a “Vida Loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 156-170.
- Marcelle, E. & Haddad, L. (2016). Entre meninos e meninas: fronteiras de gênero borradas em contexto de educação infantil. *Latitude*, vol.10, n.2, 425-454.
- Monção, M. A. G. (2015). O compartilhamento da educação das crianças pequenas nas instituições de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 652-679.
- Nascimento, Andréa Zemp Santana do. (2009). *A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?* Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nascimento, S. J. (2014). Múltiplas vitimizações: crianças indígenas Kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 265-292.
- Neves, V. F. A., Castanheira, M. L., & Gouvêa, M. C. S. (2015). O letramento e o brincar em processos de socialização na educação infantil:

- brincadeiras diferentes. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(60), 215-244.
- Neves, V. F. A., Gouvêa, M. C. S., & Castanheira, M. L. (2011). A passagem da educação infantil para o ensino fundamental: tensões contemporâneas. *Educação e Pesquisa*, 37(1), 121-140.
- Neves, V. F. A., Munford, D., Coutinho, F. A., & Souto, K. C. N. (2017). Infância e Escolarização: a inserção das crianças no ensino fundamental. *Educação e Realidade*, 42(1), 345-369.
- Nogueira, Christina Gladys de Mingareli; PIRES Flávia Ferreira. (2012). E quando a mãe vai embora? Família monoparental masculina e o Programa Bolsa Família em Catingueira-PB. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil, no GT Família, Gênero e Geração. Disponível em: [http://www.sistemas-mart.com.br/rba/arquivos/1\\_6\\_2012\\_21\\_31\\_24.pdf](http://www.sistemas-mart.com.br/rba/arquivos/1_6_2012_21_31_24.pdf). Acessado em 01/06/2012.
- Noronha, Fernanda Silva. (2008). *Pulando muros: jogos de rua e jogos de escola*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, SP.
- Nunes, M. D. F. (2016) Cadê as crianças negras que estão aqui? o racismo (não) comeu. *Latitude*, vol.10, n.2, 383-423.
- Oliveira, Joanne Paola Menezes de. (2012). *Do ser-menina ao ser-mulher: experiências e sentidos do adolescer em contexto de acolhimento institucional feminino*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em psicologia, AM: UFAM.
- Oliveira, Maria Cecília Rodrigues de. (2002). *O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.
- Oliveira, Renata Cristina Dias. (2011). *Agora eu...: Um estudo de caso sobre as vozes das crianças como foco da pedagogia da infância*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Oliveira, Raissa Menezes. (2014). *Homicídios de adolescentes negros e instituições: reflexões a partir do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia, ICS. Universidade de Brasília.
- Pan, R. (2015). *Significados da reinserção escolar de crianças após queimaduras: um estudo etnográfico*. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Pereira, Viliete Márcia Silva de Mendonça. (2014). *O olhar da criança sobre a brincadeira dos anos iniciais do ensino fundamental*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, RN: UFRN.
- Pires, Flávia Ferreira. (2007). *Quem tem medo de mal-assombro: religião e infância no semi-árido nordestino*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, RJ: Museu Nacional.
- Queiroz, Brisa Evangelista de. (2015). *"É uma garota com tom de garoto": processo de recepção fílmica com crianças e adolescentes a*

partir do filme *Tomboy*. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia.

- Resende, H. (org.), (2015). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte, Autentica Editora.
- Rocco, Marcelo. (2015). *A produção do espaço urbano na perspectiva da criança: entre a brincadeira e o conflito na favela da paz em São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em ciências sociais, SP: PUCSP.
- Sanches, Maria do Socorro Rayol Amoras. (2014). "No Abacatal (também), uma Flor": um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PA: UFPA.
- Santos, Josimara dos Reis. (2015). *Crianças Kaiowá no espaço urbano da Vila Cristina, Amambai, MS: novos cenários de socialização*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS: UFGD.
- Santos, M. E. P., Lunardelli, M. G., Jung, N.M., & Silva, R. C. M. (2015). "Vendo o que não se enxergava": condições epistemológicas para construção de conhecimento coletivo e reflexivo da língua(em) em contexto escolar. *Delta*, 31-especial, 35-65
- Santos, Patrícia O. da Silva. (2011). *Deixa eu Falar! Uma análise antropológica do Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas do alto sertão paraibano*. Monografia de fim de Curso em Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa.
- Schuch, Patrice. (2005). *Práticas de Justiça: uma etnografia do "Campo de Atenção ao Adolescente Infrator" no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto das Crianças e do Adolescente*. Teses (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sekkel, M. C., Zanelatto, R., & Brandão, S. B. (2010). Uma questão para a educação inclusiva: expor-se ou resguardar-se? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 296-307.
- Silva, A. P. F. (2015). A etnografia e a produção de conhecimento teórico e metodológico nas pesquisas em educação: apontamentos sobre o fracasso escolar. *Cuicuilco*, 22(64), 223-244.
- Silva, Antonio Luiz da. (2013). *Pelas beiradas: duas décadas do ECA em Catingueira-PB*. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL: João Pessoa.
- Silva, Cassiana Rodrigues Alves. (2014). *O meu rolê na raça: interseções entre adolescentes, gênero e raça*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em antropologia social, SP: UFS-CAR.
- Silva, Jessica Karoline Rodrigues da. (2011). "Eu compro tudo de pelota" o Programa Bolsa Família e a expansão do consumo infantil em Catingueira-PB. Trabalho Monográfico. Departamento de Ciência Sociais – UFPB, João Pessoa.
- Silva, J. B. d., & Silva, A. P. S. (2013). Vivências de crianças no ambiente rural: aproximações e distanciamentos na educação infantil. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, 45(3), 349-360.
- Silva, Mariana Galon da. (2015). *Criação musical coletiva com crianças:*

- possíveis contribuições para processos de educação humanizadora. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.
- Silva, Peterson Rigato da. (2011). A presença masculina na educação infantil: Diversidade e identidade na docência. Em: FARIA, Ana Lucia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.) Sociologia da Infância no Brasil. Campinas - SP. Autores Associados.
- Silva, R. C. M. & Godoy, M. E. C. (2016). "Tomar cuidado com o que eu falo": ser criança na escola, ficar e brincar na rua. *Latitude*, vol.10, n.2, pp. 287-319.
- Silva, R. C. M. (2016). Do Ipê Roxo na Cidade Nova: experiência etnográfica e aprendizagem situada. *Etnográfica*, 20(1), 119-142.
- Silva, Rita de Cácia Oenning da Silva. (2008). *Superar no movimento: etnografia de performances de Pirráias em Recife e mais além*. Tese (Doutorado). Programa de pós-graduação em antropologia social, SC: UFSC.
- Silva, Rosinete Paulino da. (2014) *Com a palavra as crianças: o processo de constituição identitária da criança da comunidade quilombola de Acauã – Poço Branco/RN*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Natal: UFRN.
- Silva, Sara Moitinho da. (2009). *A criança negra no cotidiano escolar*. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em educação, RJ: PUCRJ.
- Silvia, Carla Andréa Lima da. (2007). Saberes e fazeres das crianças: manifestações das culturas infantis em situações dirigidas pela professora. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Educação.
- Silva Jardim, G. A. (2010). Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças. ISSN 1517-6916. CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Número 15 – Março de 2010. Disponível em:  
<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/2%20artigo%20george.pdf>. Acessado em 02/05/2012.
- Sousa, E. L. (2016). Sociedade de marcação: corpo, conhecimento e experiência na infância Capuxu. *Latitude*, vol.10, n.2, 321-351.
- Von Hauer, Karla Teixeira Dias. (2014). *Religião, criança e pobreza: etnografia no Aterro Sanitário de Aparecida de Goiânia*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, GO: UFG.
- Wenetz, I. (2011). Das escolhas que fiz: implicações etnográficas na pesquisa com crianças. *Pro-Posições*, 22(2), 133-149.
- Werle, Kelly. (2015). *Infância, música e experiência: fragmentos do brincar e do musicar*. Tese (Doutorado). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS.
- Zacarias, Lídia dos Santos. (2009). *Conflitos em jogo: a visão das crianças*. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

**DOCUMENTOS OFICIAIS:**

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* (1998). Brasília: Senado Federal.

*Lei n. 8.069 de 1990.* Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). Brasília: Senado Federal.